

EDITORIAL

Estamos vivendo tempos difíceis, confusos, senão sombrios. A cada novo dia se apresentam fatos, acontecimentos, informações que tornam complexo o já fragmentado contexto de vida, de sociedade e de mundo em que estamos inseridos. O mundo transformado numa aldeia global por força das novas tecnologias de comunicação. Tempo real e tempo virtual se confundem. A instantaneidade e efemeridade das informações, das relações humanas e, do mundo são a marca distintiva do tempo em curso. A hegemonia da economia financeirizada global se apresenta em toda sua intensidade. O crédito se apresenta como transcendência inquestionável. Ter acesso ao crédito se apresenta como expectativa de que talvez possa haver futuro. Os estados foram reduzidos a condição de agências garantidoras dos contratos de crédito. Os discursos e as práticas de governos são de corte dos investimentos sociais sob o argumento de ajuste fiscal. Os indivíduos são convocados diuturnamente a tornarem-se empreendedores de si mesmos, a assumirem o sucesso, ou o fracasso de sua condição individualizada.

Neste contexto, o Estado de Direito apresenta-se como estado de exceção. O Estado Democrático representa a si mesmo e revela-se autoritário. Esvazia-se a representatividade do poder legislativo, ao passo que o poder judiciário se esforça por justificar o estado de exceção. Cresce a intolerância, a xenofobia, a violência financeira, policial e individual. Ressurge com a agressividade que lhe é constitutiva o pensamento reacionário. Anunciam-se e se elegem lideranças políticas com discursos que reverberam posições radicalizadas, bem como as tensões sociais e políticas que rondam o mundo. A política parece ter definitivamente abandonado a esfera pública. Constata-se a ausência de projetos políticos com condições de tencionar e propor ações que possibilitem compreender e agir diante de tais fenômenos locais e globais. O sentimento de insegurança social, política e, econômica se espalha ligeiramente por povos e países.

Inúmeras outras questões e variáveis argumentativas poderiam se apresentar na descrição e composição deste quadro econômico, político, jurídico e social

emergencial contemporâneo, mas, o que é preciso reconhecer e se apresenta desafiador neste contexto é a necessária relação com a contemporaneidade. Para Agamben “A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias”. Na perspectiva do filósofo, desafiar-se a compreender o que esta acontecendo no tempo em curso requer que se mantenha “fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro”. Para aqueles que se desafiam a questionar, a pensar e a compreender o mundo em que se encontram inseridos requer reconhecer que “Todos os tempo são [...] obscuros” e, sob tal condição “Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”.

Nesta perspectiva, e a partir de um complexo arcabouço teórico e conceitual Agamben desenvolve uma crítica à metafísica ocidental em suas categorias políticas, jurídicas e econômicas como condição de interpretação e compreensão do tempo presente em suas fraturas e contradições. Poder-se-ia dizer que seu método arqueológico paradigmático caracteriza um pensamento que questiona o tempo presente através de um jogo de espelhos que vasculha, no passado, a tradição, os costumes, as formas de vida, as concepções e usos do mundo e, que podem contribuir na compreensão dos dispositivos que conformaram os fundamentos civilizatórios ocidentais na produção da vida nua exposta a constante sacrificabilidade inerente a lógica do campo de concentração como paradigma da contemporaneidade.

Assim, para Agamben se a condição do contemporâneo requer que num primeiro movimento se reconheça os pontos obscuros na clara luminosidade do tempo presente, num segundo movimento requer que se questione: “Mas o que significa “ver as trevas”, perceber o escuro”? E, nesta direção prossegue o filósofo: “perceber esse escuro não é uma forma de inércia ou de passividade, mas implica uma atividade e uma habilidade particular que, no nosso caso, equivalem a neutralizar as luzes que provém da época para descobrir as suas trevas, o seu escuro especial, que não é, no entanto, separável daquelas luzes”. Ou seja, o desafio do contemporâneo muito mais do que conferir respostas à reforma ou a transformação da condição humana e do mundo, ou destilar o pessimismo sobre o mundo reside em manter atuante a potência do pensamento, a potência da crítica,

da inconformidade com os paradoxos e contradições civilizatórios que nos trouxeram e se mantém no tempo presente.

Mais do que conferir respostas, ou apontar caminhos frente ao apequenamento da condição humana, a massificação das sociedades de indivíduos atomizados, a banalização da vida pela lógica da violência que irrompe do estado de exceção em que estamos inseridos trata-se de manter viva a potência do pensamento, a criatividade inerente ao humano que o faz agir conjuntamente na busca do bem viver, de fazer e refazer o mundo em suas estruturas políticas, jurídicas e, econômicas em que nos encontramos inserimos e, que conferem sentido e finalidade a existência, mantendo presente a advertência de que a má sorte de nossas perguntas são as respostas que lhes conferimos e sua pretensão de veracidade.

É sob tais pressupostos que se apresenta esta edição da Revista Profanações, como contribuição ao exercício da potência do pensamento, à compreensão de aspectos constitutivos da contemporaneidade em seus múltiplos desafios e potencialidades na ordem da política, do direito e da economia que vem.

Boa leitura.

Dr. Sandro Luiz Bazzanella